



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

## PROCURADORIA GERAL



### PARECER JURÍDICO

**PROJETO DE LEI Nº 03/2021 - Altera o anexo I da Lei Municipal nº 4.050 de 01 de março de 2.011 - "Dispõe sobre concessão de diárias, adiantamento e reembolso de despesas realizadas em viagem a interesse da administração pública municipal e dá outras providências".**

De autoria do Poder Executivo, que tramita por esta Casa de Leis, verifico que o Projeto de Lei visa alterar o Anexo I da Lei Municipal 4.050 que estabeleceu valores de aporte financeiro necessário a estadia e alimentação quando em viagem.

Não vejo vício na iniciativa, como disposto no art. 50 e no inciso I, art. 69, ambos da Lei Orgânica Municipal. Transcrevo:

**Art. 50. São de iniciativa exclusiva do Prefeito, as leis que disponham sobre:**

- I – criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;**
- II – servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;**
- III – criação, estruturação e atribuições das Secretarias ou Departamentos equivalentes e Órgãos da Administração Pública;**
- IV – matéria Orçamentária, e a que autorize a abertura de créditos ou conceda auxílios, prêmios e subvenções;**
- V – matéria Tributária.**

**Art. 69. Compete ao Prefeito, entre outras atribuições:**

- I – a iniciativa das leis, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica;**

A matéria em comento não foi reservada a Lei Complementar, estando correta a elaboração por meio de Lei Ordinária, reproduzo:

#### **Lei Orgânica**

**Art. 49. As leis complementares somente serão aprovadas se obtiverem maioria absoluta dos votos dos membros da Câmara Municipal, observados os demais termos de votação das leis ordinárias.**

**Parágrafo Único. Serão leis complementares, dentre outras previstas nesta Lei Orgânica:**



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

PROCURADORIA GERAL



- I – Código Tributário do Município;
- II – Código de obras;
- III – Código de Posturas;
- IV – Plano Diretor;
- V – lei instituidora do regime jurídico único dos servidores municipais;
- VI – lei instituidora da Guarda Municipal;
- VII – lei de criação de cargos, funções ou empregos públicos;
- VIII – Estatutos dos Servidores Municipais;
- IX – normas Urbanísticas de Uso e Ocupação do Solo;
- X – todas as Codificações.

Ainda as diárias visam arcar com as despesas dos agentes políticos e servidores públicos no desempenho de suas funções institucionais fazendo com que a administração fique com os encargos.

No mais, verifico que ao alterar o Anexo I o Poder Executivo visa REDUZIR o valor das diárias, como pode-se verificar em quando comparativo apresentado junto a mensagem do projeto de lei em comentário:

A redação do artigo 2º deve ser alterada para sanar erro material excluindo a parte “Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação”.

Com relação ao artigo 3º desnecessária a redação “revogando-se as disposições em contrário”. Usa-se a revogação expressa quando, especificamente, quer retirar determinada norma do ordenamento jurídico. Quando não há norma específica a ser retirada desnecessária tal expressão de revogação, pois, conforme a Lei de Introdução as Normas do Direito, “a lei posterior revoga a anterior quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior”.

Dessa forma a melhor redação do artigo 3º do Projeto de Lei nº 03/2021, seria:

**“Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”**

O projeto deve ser submetido à apreciação da Comissão de Finanças, Justiça e Legislação, reproduzo:

## Regimento Interno

**Art. 68. Compete à Comissão de Finanças, Justiça e Legislação manifestar-se sobre matéria financeira, tributária e todos os assuntos entregues à sua apreciação quanto ao aspecto gramatical e lógico de todas as proposições submetidas à deliberação da Câmara, bem como elaborar a redação final das proposições aprovadas. (g.n.)**



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

## PROCURADORIA GERAL



O quórum das deliberações do projeto em questão, caso os vereadores deem prosseguimento, é de **MAIORIA SIMPLES**, conforme preleciona o art. 261, do Regimento Interno da Câmara Municipal, caso aprovado na Comissão Permanente, vejamos:

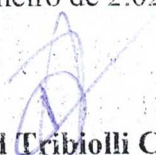
### **Regimento Interno**

**Art. 261. As deliberações da Câmara são tomadas por maioria de votos, presentes mais da metade de seus membros, salvo disposições em contrário. (g.n.)**

O parecer não vincula as comissões permanentes, nem reflete o pensamento dos edis, que deverão apreciar o presente Projeto de Lei.

Salvo melhor juízo, este é o parecer.

Iturama - MG, 08 de Janeiro de 2.021.

  
**David Tribioli Corrêa**  
**Advogado**